

AS REGRAS DE EDIÇÃO DE DOCUMENTOS NO BRASIL DOS OITOCENTOS: O TRABALHO DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN COMO EDITOR

Jussara Rodrigues da Silva¹
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: jussararodriguesdasilva@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a edição de documentos no Brasil no século XIX tomando como base de análise o trabalho de um dos principais historiadores do período: Francisco Adolfo de Varnhagen. A partir do estudo das edições críticas desse autor é possível conhecer um pouco o processo de edição documental nos oitocentos entre vendo não apenas as suas regras como também as mudanças operadas na erudição histórica no período. Assim, pretende-se percorrer o caminho traçado por Varnhagen na execução de seu trabalho como editor tentando estabelecer um sistema que definiria as regras de edição documental no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Edição de documentos, escrita da história, século XIX, Varnhagen, IHGB

ABSTRACT

This paper aims to discuss the issue of documents in Brazil in the nineteenth century building on the work of analysis of one of the leading historians of the period: Francisco Adolfo de Varnhagen. From the study of critical editions of this author is possible to know a little editing process documents in eight hundred glimpsing not only its rules but also the changes taking place in the historical scholarship of the period. Thus, we intend to follow the path traced by Varnhagen in the execution of his work as an editor trying to establish a system that would define the rules of documentary editing at that time in Brazil.

Keywords: Editing documents, Writing of history, The nineteenth century, Varnhagen, IHGB

1. CRÍTICA E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS

(...) quando um espírito superior insuflar a vida e o movimento na massa informe, Varnhagen descerá do seu pedestal. Mas até então ele será o mestre, o guia, o senhor. (Capistrano de Abreu. Ensaios e Estudos).

Com estas palavras Capistrano de Abreu encerra o seu trabalho intitulado “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, evidenciando sua dívida com aquele que fora um

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

dos principais historiadores brasileiros. Ao reconhecer em Varnhagen o mestre das pesquisas e estudos históricos no Brasil Capistrano também se coloca como um discípulo que aprendeu e que pretendeu dar seguimento à obra de Varnhagen principalmente no que tange ao trato com os documentos. Reconhecendo, contudo, as deficiências da obra de Varnhagen no que concerne à formulação de reflexões mais filosóficas e interpretativas da história do Brasil, Capistrano foi o primeiro a enaltecer um aspecto importante do edifício varnhageniano que fora a descoberta, a crítica, a edição e a publicação de documentos.

A edição de documentos no século XIX além de se caracterizar como um novo instrumento de pesquisa assume também a postura de uma determinada forma de escrita, não uma escrita integral de um texto contínuo, mas uma escrita que se faz por meio de explicações, notas de pé de página, notas no final do texto que acabam se configurando como um novo texto. A edição documental torna-se não somente parte integrante da escrita da história, mas também um exercício de escrita.

A escrita da história por Varnhagen permite uma análise pormenorizada de questões metodológicas mais amplas, mas também das condições e possibilidades de escrita da história em um momento que a história como disciplina dava os seus primeiros passos e, especificamente, a história nacional exigia uma erudição própria. A obra de Varnhagen possibilita ainda discutir as formas de escrita da história – científica e moral – que interpelavam e desafiavam quem pretendesse cumprir essa tarefa. Essas diferentes formas de escrita históricas podem ser entrevistadas nos processos de edição crítica de documentos e obras onde, mais do que uma crítica de documentos com inúmeras notas e explicações, o que se apresenta são as regras dessa erudição própria da história nacional e da história enquanto disciplina científica e, ao mesmo tempo, uma preocupação moral e pedagógica do intelectual na publicação e disponibilização dos documentos, agora transformados em fontes históricas, para um público maior de leitores. No caso de Varnhagen, uma análise mais atenta de suas edições críticas possibilita entrever esses momentos de diálogos entre formas de escrita histórica em que se delineavam também as regras que definiam o ofício do historiador. Assim como existiam formas de escrita da história, também existiam tarefas que compunham o trabalho do historiador. Ele teve de ser também compilador, editor, comentador, escritor. É na interseção dessas tarefas que se pode procurar entender o que era ser historiador no Brasil dos oitocentos. Essa investigação recai estritamente sobre as suas

práticas, refletindo como é desenvolvida a sua *operação historiográfica*.¹ Esse trabalho se insere dentro de uma linha que pretende pensar especialmente os aspectos metodológicos que definiam o ofício do historiador no Brasil do século XIX e que tornavam viável a escrita da história em suas várias dimensões. Contando com a existência do IHGB, local privilegiado no Brasil para pesquisa e produção historiográfica nesse período.² Pretendemos, portanto, empreender um estudo sobre o trabalho específico de Varnhagen com os documentos, desde a descoberta dos mesmos, passando pelo processo de crítica até a sua publicação em que é possível evidenciar a sua preocupação em definir as regras da crítica histórica por meio de um sistema de edição de documentos que garantiriam um tratamento científico da história com a transformação dos documentos em fontes históricas e a preocupação em disponibilizar e ampliar o acesso aos documentos sobre a história pátria. Alguns aspectos do processo de edição serão privilegiados como: a materialidade dos documentos, a atribuição de data e autoria, a importância do fac-símile, a anotação ao pé de página e as notas ao fim dos textos contemplando o regime de citação e referências. Esses pontos se inserem de maneira geral em uma noção ampla de método histórico como instrumentos de produção e aquisição de conhecimento que não se desvincula da concepção de história de Varnhagen. Assim, ao mesmo tempo em que executa a sua crítica documental, Varnhagen procura fixar as regras que definem e possibilitam as diversas formas de escrita da história em seu tempo.

Um breve olhar sobre a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) revela o quanto Varnhagen foi ativo no processo de reunião e publicação de documentos referentes ao Brasil que fez com que Capistrano o colocasse no lugar de grande descobridor de documentos inéditos sobre a história nacional. Mas Capistrano acrescentava ainda mais, ele não apenas os descobria, mas também “acabava desvendando o mistério” (ABREU, 1975, p. 133). Varnhagen cumpria assim com as exigências primeiras do IHGB, não a escrita da história, mas, a cópia, metodização e a

¹ A noção de operação historiográfica cunhada por Michel de Certeau define a escrita da história como a combinação de seus três elementos: um lugar social, uma prática e uma escrita. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

² A respeito da criação e do funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ver especialmente: GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 05-27. GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debajo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, nº 388, jul./set.,1995. p. 469-613.

publicação dos documentos como tarefa principal de seus sócios (BARBOSA, 1839, p. 141). José Honório Rodrigues destaca o fato de os fundadores do Instituto colocarem a publicação como tarefa posterior à correção dos documentos, era necessário que os mesmos passassem primeiro por um processo de crítica para então serem publicados na *Revista do Instituto*. Eles sabiam, afirma Rodrigues, “o que se devia entender e fazer em matéria de história” (RODRIGUES, 1978, p. 37). O mesmo dizia Varnhagen com relação à forma com que dividia o seu tempo entre a legação e as pesquisas históricas, a redação do texto era a última coisa a se fazer, primeiro vinham a leitura e cópia dos documentos, depois a análise (VARNHAGEN apud RODRIGUES, 1978, p. 46).

A lista de documentos referentes à história do Brasil descobertos por Varnhagen é imensa, contudo nem todos os documentos foram submetidos aos mesmos procedimentos. Fica claro na leitura dos mesmos uma hierarquia documental que determinava a necessidade ou não de se fazer uma publicação diferenciada, como é o caso do *Diário* de Pero Lopes e o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa.

De fato, alguns documentos encontrados por Varnhagen não só passaram por um procedimento de edição crítica com notas, explicações e apresentação dos originais em fac-símile, como também mereceram por parte do editor novas edições. No entanto, de maneira geral, é possível traçar um percurso comum aos documentos publicados por ele que dizem respeito à concepção de método histórico no Brasil dos oitocentos: a indicação do autor e da data. Essa tarefa compreendia uma fase preliminar do que mais tarde receberia o nome de crítica externa (PROST, 2008, p. 53-73). Indicar a procedência do texto e de sua autoria eram pressupostos fundamentais para atestar a autenticidade do documento. Tal procedimento tinha como primordial o levantamento de todas as cópias que existissem sobre o documento para que se pudesse chegar ao original ou que, ao menos, indicasse qual era a cópia mais fidedigna. Esse conjunto de atividades pode ser definido como um sistema de regras para toda edição documental, aspectos que não podem faltar a quem pretenda dar notícia ou publicar um documento, seja individualmente ou por meio de coleção.

Varnhagen dispunha de uma posição privilegiada para tal empreendimento, mesmo quando ainda não era funcionário do Estado brasileiro, já possuía uma posição e contatos importantes em Portugal que o permitiam ter acesso a vários documentos e a solicitar de diretores de bibliotecas que fizessem a comparação das cópias dos mesmos,

como pode ser evidenciado pela extensa correspondência entre ele e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, diretor da Biblioteca de Évora.

A edição e posterior publicação do escrito de Gabriel Soares de Sousa é um exemplo desse percurso metodológico feito por Varnhagen e que, muitas vezes, só podia ser feito com auxílio das pessoas que possuíam outras cópias dos documentos, a exemplo do que é dito em uma de suas cartas para Cunha Rivara:

V. S.^a diz que há nessa Biblioteca trez copias; eu desejava dar dellas circunstanciada noticia na Obs. (C), de que faço menção à pag. 9, e então só em V. S.^a é que está a possibilidade do desempenho. Quizera o titulo, author e anno que encerram as differentes copias; e **da mais antiga dellas precisava do resultado de uma cotejação nos nomes adulterados para publicar as variantes** (LESSA, 1961, p. 21) (Grifos nossos).

Ainda com relação a esse manuscrito, Varnhagen fazia algumas recomendações a Cunha Rivara a que este deveria ficar atento no momento de comparar as cópias, “(...) Se os códices tivessem algum signal, ou numeração antiga ou moderna, encadernação curiosa etc., não fora mau mencionar (...)” (LESSA, 1961, p. 22).

Para alcançar êxito nesse processo era indispensável que o historiador fizesse uso de algumas das “disciplinas auxiliares da história”, principalmente a paleografia. E nesse ramo Varnhagen não deixava a desejar. Teve como mestre, ao lado do historiador português Alexandre Herculano, um dos grandes conhecedores da paleografia em Portugal, João Pedro Ribeiro (LESSA, 1954, p. 119). E não são raras as vezes em que Varnhagen aplica os conhecimentos paleográficos ao promover a crítica dos documentos. Um exemplo são alguns dos documentos que oferece ao Instituto e que são publicados na revista do mesmo, embora não tenham passado por um processo de crítica mais aprofundada com a anotação explicativa dos termos presentes nos documentos e informações adicionais, trazem ao menos a indicação da ortografia e pontuação original, se foram mantidas ou não, do tipo de encadernação e papel, sinais e marcas características também são relatadas como parte integrante da descrição do documento original.

Um dos melhores exemplos, mas não o único, do uso da paleografia por Varnhagen é na edição crítica de *Trovas e Cantares* onde ele não só publica uma importante obra para a história literária de Portugal como também consegue fazer a união das cantigas de acordo com o tema e consegue restituir-lhe a autoria, como ele mesmo afirma:

(...) se decide ser este (codice) do seculo 14.^o; graças a paleografia que revela taes mysterios aos nella iniciados, do mesmo modo que o simples lavor da pedra descobre ao entendedor em architectura a epoca em que foi a obra fabricada.¹ (...) cumpre-nos o dever de todo editor fiel de dar a conhecer o manuscrito original, maior ou menor confiança que offerece o seu texto, e até que ponto chegou o respeito que lhe guardamos. É o codice um livro de pergaminho em folio Maximo com 18 pollegadas d'alto e 12 de largo, escripto em duas columnas no caracter de lettra que se vê dois fac-similes (VARNHAGEN, 1849, p. 49).

Seria procedendo dessa forma, com o auxílio da paleografia, da diplomática e do método filológico que Varnhagen desenvolveria a sua crítica dos documentos históricos. Mesmo quando se tratava de documentos literários o procedimento era o mesmo, a postura de Varnhagen diante das fontes era a de um historiador. Quando estava diante de um documento referente diretamente a algum acontecimento histórico e quando eram cantigas ou poemas Varnhagen executava a crítica da mesma forma, as perguntas eram históricas, a necessidade de datação, da autoria, da materialidade do documento, da contextualização histórica evidenciavam que se estava diante de um historiador.

O *Diário* de Pero Lopes de Sousa foi publicado pela primeira vez por Varnhagen em 1839. Considerado uma das principais fontes sobre a primeira época da história do Brasil, o *Diário* passou por um trabalho de edição crítica revelador das regras de edição e da necessidade do editor em garantir o seu espaço no conjunto letrado brasileiro do oitocentos por meio da demonstração de sua erudição. Assim, vemos na primeira edição do *Diário* um trabalho minucioso de Varnhagen em fornecer ao público letrado brasileiro, em especial aos membros do IHGB, órgão do qual ele veio a fazer parte em 1840, o maior número de dados possíveis sobre o documento além da publicação de documentos que complementassem as informações contidas no *Diário* como as biografias dos irmãos Pero Lopes de Sousa e Martim Afonso.

Já na “*Advertência preliminar*” ao *Diário*, Varnhagen explica como teve acesso às cópias, quantas existiam àquela época e justifica a genuinidade do escrito a partir da confrontação com outros documentos e com obras escritas anteriormente sobre a história da navegação. A partir dessa confrontação consegue definir que a letra, pelo estilo, é portuguesa e quinhentista. Indica ainda que a primeira cópia com que teve contato não possuía título, o papel não tinha marca d'água e nem outro detalhe que merecesse ser mencionado. Já uma outra cópia que chegou as suas mãos possuía uma letra e formato moderno e pouco lhe serviu pois queria encontrar a cópia que melhor se

aproximasse do manuscrito original. A terceira cópia encontrada na Biblioteca Real, para a surpresa de Varnhagen, possuía letra de período anterior ao domínio castelhano o que fez com que a mesma passasse por uma análise mais minuciosa na tentativa de autenticar a sua antiguidade. A descrição do manuscrito é um dos melhores exemplos do uso da paleografia e dos aspectos que Varnhagen analisava ao promover a crítica documental.

É de folha do tamanho regular do papel florete ordinário, e encadernado em uma pasta forrada de coiro a modo de moscovia, com florões e bustos na guarnição de redor e nas tarjas, que as atravessam diametralmente; porem estas tão roçadas que mal se conhecem. O papel é coetâneo – escuro e encorpado, naturalmente fabricado em Genova; damos um aproximado fac-simile da sua marca d’agua, pois a não encontrámos nos bibliografos que consultámos, incluindo o italiano Orlando (VARNHAGEN, 1839, p. xxj).

A edição do *Diário* de 1839 passaria ainda por outras três reimpressões, sendo a terceira e a quarta de responsabilidade de Varnhagen. A grande diferença a ser ressaltada ao compararmos essas edições é a supressão das biografias e das notas que vinham ao fim do texto. Ele preferiu incluir nas últimas edições documentos que considerava mais importantes para o entendimento do período compreendido pelo *Diário* em detrimento das inúmeras notas explicativas presentes na primeira edição.

Outra edição crítica que, comparando as suas edições, também sofreu mudanças é o escrito de Gabriel Soares de Souza. Considerada o trabalho que deu origem à edição crítica no Brasil, as *Reflexões Críticas* de Varnhagen indicam a primeira vez em que se procurou estudar o melhor texto, baseando-se nas várias cópias existentes nas bibliotecas européias, registrando Varnhagen em 1839 a existência de dezessete cópias. No “*Aditamento*” à sua publicação ele dava notícia de cada uma delas. Para a edição que vinha a público em 1851 Varnhagen optou por uma das cópias de Évora que acreditava assim poder oferecer o texto de Gabriel Soares tão correto quanto se poderia esperar sem a presença do original.

Um ponto importante ao proceder à comparação das edições de um mesmo documento são as alterações que são feitas e suas justificativas que dizem respeito a procedimentos metodológicos compatíveis com o período em que são publicadas, mas também se referem às condições que possibilitam tais modificações, como afirma José Honório Rodrigues ao comparar a primeira edição do texto de Gabriel Soares em 1825 feita pela Academia de Ciências de Lisboa e a edição de 1851 de Varnhagen.

Entre a primeira edição de 1825, publicada Academia das Ciências de Lisboa, tão rudemente tratada nas *Reflexões Críticas* por Varnhagen e a edição por ele

feita, não medeia apenas o pequeno espaço de vinte e seis anos: distinguem-se duas épocas. Uma da publicação de textos e documentos sem qualquer aparato crítico; outra de edição crítica e textos e documentos. **A fase crítica inicia-se com Varnhagen**, que se mostrou perfeitamente capaz de uma realização dessa natureza porque **estava absolutamente identificado com os novos processos que apareciam, com a publicação dos Monumenta Germaniae histórica e a fundação da École des Chartes** e sabia o que tudo isso significava para a história (RODRIGUES, 1978, p. 394) (Grifos nossos).

De nossa parte admitimos não poder pensar a prática histórica de Varnhagen sem estabelecer as devidas relações com sua formação e com os espaços sociais dos quais fazia parte. É preciso destacar que Varnhagen integrava não apenas os quadros de membros do IHGB, mas também de outras instituições literárias como Academia Real de Ciências de Lisboa que moldaram sua forma de promover a crítica histórica.

Sua prática apontaria não para uma independência intelectual como sugerido por Rodrigues, mas nos remeteria para a relação entre as experiências históricas que se cruzam. Varnhagen, como membro tanto da Academia Real de Ciências de Lisboa quanto do IHGB é um personagem privilegiado para pensarmos como as relações entre Brasil e Portugal e as trocas intelectuais definiriam a pesquisa histórica.

As transformações no âmbito da história ocorridas em Portugal remontariam ao século XVIII, que como mostra Joaquim Veríssimo Serrão, tem na Academia Real de História Portuguesa sua principal representante:

Foi durante esse período que se iniciou a renovação dos estudos históricos dentro de uma estrutura de sentido genético, abrindo-se novos domínios com a valorização das chamadas ciências auxiliares. A genealogia, a Numismática, a Epigrafia, a história do Direito, a Bibliografia, a Diplomática, a Cronologia – passam a constituir centros de interesse por parte dos investigadores procurando ultrapassar a noção de história política que fora seguida pelos antigos cronistas (SERRÃO, 1962, p. 217).

As tensões que marcariam essa passagem refletiriam não apenas no status da história e do historiador como também provocariam mudanças quanto à erudição histórica. A relação, no entanto, não pode ser direta. Ainda que se possa remontar os esforços e preocupações em torno da questão da erudição no século XVIII, a função dela não seria a mesma no oitocentos principalmente no Brasil. O uso que a historiografia oitocentista fará dos documentos está relacionado com o fortalecimento de uma pedagogia nacional que demandava uma escrita da história específica, que fosse capaz de, resgatando o passado da nação, instruir os homens no presente e orientar as suas ações dando-lhes, ao mesmo tempo, motivos para se orgulharem de seu passado.

A edição dos documentos tem um papel fundamental nesse contexto uma vez que a principal tarefa indicada pelo IHGB era a coleta e reunião de documentos sobre a história nacional que, posteriormente deveriam passar pela crítica. Esse procedimento só poderia ser bem realizado por aqueles que estivessem familiarizados com os métodos paleográficos e diplomáticos. Varnhagen, mais uma vez, se destacaria exatamente por ter as habilidades necessárias para trabalhar com os documentos, sendo designado oficialmente para tal função.

Para tanto, faria um percurso que podemos denominar como um sistema de regras de edição comum aos seus trabalhos como editor. Uma delas é que ao mesmo tempo em que fazia a crítica para reivindicar a autoridade dos autores dos manuscritos que seriam editados, Varnhagen também reivindicava para si a posição de erudito. As formas de garantir esse status variavam desde as relações de sociabilidades até aspectos formais que dariam a prova de que se estava perante um trabalho sério, como a indicação da localização do documento e da página. A seguir analisaremos um mecanismo importante e do qual Varnhagen sempre que possível utilizou: disponibilizar partes do documento original em fac-símile para que os leitores pudessem ter contato com o original e comparar com a edição que se apresentava permitindo um contato direto com as fontes ampliando o acesso de outras pessoas aos documentos.

2. O FAC-SÍMILE

O processo de edição documental feito por Varnhagen seguia um mesmo sistema que, segundo ele, correspondia ao dever de todo editor fiel. Depois de indicar a idade, a época e o autor do documento, era parte da obrigação editorial dar a conhecer o manuscrito original.

A forma usual de Varnhagen verificar a autenticidade do documento era a comparação da letra, se o tipo pertencia à época que se dizia ser a do documento, assim como no caso da atribuição da autoria uma vez que se conhecia a letra do autor a partir de outros documentos era possível indicar-lhe a verdadeira procedência por meio da comparação. Contudo, para Varnhagen, era importante que quem tivesse contato com a edição que ele trazia a público também tivesse a oportunidade de fazer a comparação e dessa forma tributar a autoridade do autor e também do editor.

Em algumas das edições críticas feitas por Varnhagen foi possível que ele desse exemplo do documento fornecendo-o integralmente ou por meio de fragmentos em fac-símile, é o caso do *Cancioneirinho das Trovas Antigas* onde Varnhagen determina a data do manuscrito a partir da análise da letra: “A letra do manuscrito da Vaticana é do século 16º; mas não portuguesa nem castelhana, como se pode ver pelo fac-símile que acompanha a edição das cantigas d’elrei D. Diniz por Lopes de Moura” (VARNHAGEN, 1870, p. 12) e que pode ser confirmado pelo leitor a partir da comparação com a cópia em fac-símile.

Outro caso interessante e importante quanto às informações sobre a primeira época da história do Brasil em que a apresentação de documento em fac-símile foi decisiva para comprovar os argumentos de Varnhagen é na edição do *Diário* de Pero Lopes. Foi por meio da análise da letra que Varnhagen atribuiu a Pero de Goes a redação do diário, chegando até mesmo a duvidar que Pero Lopes soubesse escrever, o fato era que ele, Varnhagen, jamais vira a letra de Pero Lopes, e afirmava em carta dando conta da nova edição ao IHGB que provavelmente ele o sabia pior do que seu irmão Martim Afonso a quem Varnhagen anteriormente havia atribuído a responsabilidade das emendas feitas ao *Diário*. Martim Afonso, segundo Varnhagen, “em verdade, como tantos fidalgos daquelle tempo, pouco tinha aproveitado do mestre d’escripta, segundo até se vê do proprio fac-símile de sua assignatura que acompanhou o 1º volume (1ª ED) da *Historia Geral do Brasil*” (VARNHAGEN, 1861, p. 5-6).

Na edição de *Trovas e Cantares* já na capa vem a indicação de que a obra possui dois fac-símeles, novamente Varnhagen dá a conhecer fragmentos do manuscrito original das cantigas, contudo, agora a presença dos mesmos é um recurso utilizado por Varnhagen para justificar a ortografia adotada ao longo da edição. Mais uma vez a comparação com o fac-símile não só justificaria como também confirmaria o argumento do editor “Porem na orthographia, para facilitar a leitura, adoptamos um certo systema que se fará mais palpavel apresentando a confrontação seguinte de alguns versos dois fac-símeles, com os competentes no nosso texto(...)” (VARNHAGEN, 1849, p. xvj), sendo seguido pela comparação entre o formato ortográfico da edição de Varnhagen com os dois fac-símeles.

Ainda quanto aos objetivos da presença do fac-símile nas edições de Varnhagen é importante ressaltar que essa presença era vista como um dos deveres de quem se propunha a fazer a edição de alguma obra ou documento histórico. Ao mesmo tempo

serviam como adágios eruditos que elevavam a posição de quem publicava e editava documentos já que suas reflexões podiam ser corroboradas ou contestadas a partir da confrontação com as cópias dos manuscritos originais.

Esses mecanismos contribuía de certa forma para a ampliação do acesso aos documentos históricos daqueles que não dispunham de uma posição privilegiada de trabalho como a de Varnhagen. Sua tarefa de editor permitiu o conhecimento de documentos inéditos sobre a história do Brasil e também sobre a história literária em Portugal, principalmente quando, além de publicar os documentos também se propunha a fazer correção e revisão dos mesmos para que aqueles não tão familiarizados com a paleografia também tivessem a oportunidade de consultá-los. Outro ponto importante nesse processo de publicação era a adequação da ortografia de acordo com as regras do século de Varnhagen, o que nem sempre foi seguido pelo mesmo por motivos que veremos a seguir.

3. A QUESTÃO DA GRAFIA

Na publicação das *Trovas e Cantares* atribuídas por Varnhagen ao Conde Barcelos vemos Varnhagen preocupado em editar a obra de maneira que a tornasse mais útil ao público, ao mesmo tempo, Varnhagen fica dividido em torná-la mais próxima da linguagem do século XIX ou respeitar integralmente o seu códice, “seguimos o methodo que nos dictou a consciencia como melhor para conciliar a utilidade da publicação com o possivel respeito ao códice” (VARNHAGEN, 1849, p. xx).

De fato o respeito à grafia dos manuscritos originais foi uma das maiores preocupações de Varnhagen. Grande parte das explicações que dá com respeito ao “método” de edição dos documentos ou títulos que dá a publicação são reservados para justificar a adoção de determinada ortografia, às vezes moderna, em outras se conservava o original.

No mesmo *Trovas*, Varnhagen despenderá páginas e mais páginas para explicar o sistema adotado com relação à ortografia adotada na edição das cantigas, sistema esse contendo regras que foram seguidas com o objetivo de melhorar e facilitar a leitura. Esse cuidado com a ortografia já era reconhecido pelos membros do IHGB antes mesmo de Varnhagen integrar o quadro de sócios do Instituto. No parecer às *Reflexões Críticas* oferecido ao IHGB por Varnhagen por meio do ministro plenipotenciário do Brasil em

Portugal, Vasconcellos de Drummond, os pareceristas colocavam como ponto favorável ao trabalho de Varnhagen o rigor com que corrigiu os erros a que tinha sido submetido o manuscrito, principalmente no que tange à ortografia (Revista do IHGB, 1840, p. 109).

Assim, Varnhagen exaltava como era importante para que se incumbisse a tarefa de copiar documentos que este tivesse familiaridade com o idioma, porque do contrário acabaria por fazer alterações na ortografia que não só modificariam o sentido do texto como sua pronúncia, como apontara que ocorrera com as cantigas do Conde de Barcelos, não só foram embaralhadas por um encadernador descuidado como, antes, houve um copista que segundo Varnhagen não entendeu as palavras e alterou completamente sua ortografia.

Nos documentos que receberam um tratamento maior foi possível que Varnhagen estabeleça as regras ortográficas que melhor se adequassem para a publicação de acordo com a relevância do documento. É o caso, por exemplo, das publicações que saíram como obras separadas e que ganharam mais de uma edição. Contudo, grande parte dos documentos sobre o Brasil descobertos e depois publicados na revista do IHGB apenas receberam a indicação da data, autor, local onde foi encontrado e foram mantidas a ortografia e a pontuação original, a exemplo da Carta do padre Manoel da Nóbrega, Carta de Diogo Nunes e a Carta de Pero Vaz de Caminha.

Varnhagen tentou, sempre que possível, quando não queria fazer alterações no texto original, dar explicações do uso de acentos, conjugações e termos nas notas de rodapé ou em notas no fim do texto, algumas vezes esse trabalho ficava na parte de aditamento que vinha ao final da publicação quando não fora possível adulterá-la antes de ir a público.

Em *Épicos Brasileiros*, onde Varnhagen reimprime o *Uraguay* de José Basílio da Gama e o *Caramuru* do Fr. Santa Rita Durão na tentativa de afirmar a existência de uma literatura nacional, expressa sua preocupação em não interferir nas obras com prefácios, prólogos, recomenda que quanto à ortografia que já se achava irregular nas edições anteriores fosse a mais usada e cômoda para os leitores de seu tempo, inclusive no que respeita à acentuação. Pretendeu, assim, contribuir de certa maneira para uma disponibilização maior dos documentos entre aqueles que não eram historiadores de profissão ou que não tinham muita familiaridade com as regras do português mais antigo possibilitando que conhecessem um pouco mais sobre a história e a literatura do Brasil.

4. A EDIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

O trabalho de Varnhagen como editor não se resumia a documentos e obras históricas, também se empenhou na edição e posterior publicação de títulos referentes a obras de cunho literário. É verdade que Varnhagen submetia os textos literários aos mesmos procedimentos dos textos históricos, afinal todos eles foram escritos por alguém em uma época específica e poderiam portanto passar pelo crivo das mesmas regras de edição. No entanto, em alguns trabalhos que pertencem estritamente ao ramo da literatura a postura de Varnhagen foi além da de mero historiador. É o caso das *Trovas e Cantares* e do *Cancioneirinho das Trovas Antigas*. Estas duas publicações exigiram de Varnhagen um conhecimento da história literária portuguesa para que conseguisse determinar autoria e, no caso das *Trovas*, organizar as cantigas de maneira que se tornasse um todo coerente.

Com relação à primeira o desafio inicial é que as cantigas não possuíam título e estavam organizadas com a numeração errada. Ele teve inicialmente que numerá-las e arrumá-las de acordo com o assunto e com o encadeamento das situações, cotejando-as com documentos contemporâneos à sua criação. A correção da ortografia gerava algumas dificuldades, pois agora não se tratava de documentos históricos, eram cantigas que deveriam ser organizadas respeitando a pronúncia. Segundo Varnhagen as mesmas foram escritas para serem cantadas, o que pode ser vislumbrado pela forma como foram escritas com sílabas separadas, contudo, sua tarefa era publicar o que não foi feito para ser publicado mudando assim a forma de exposição juntando as sílabas das palavras que agora deveriam ser lidas. A preocupação ia desde a métrica até a explicação do significado das cantigas, das características desse tipo de literatura, de quem eram os trovadores e sua importância para a história literária.

Esse tipo de obra demandava um esforço maior por parte de Varnhagen por exigirem conhecimentos literários, embora também servissem como testemunhos e fontes históricas de uma determinada época e de seu autor. Tal aspecto já havia sido enfatizado por Thiers Martins Moreira que dizia que independente do tipo de material que analisasse a postura de Varnhagen era a de um historiador:

Historiador para quem o fato literário, pessoa ou obra, tem importância na tessitura histórica, e existe ali como pode existir uma batalha, um governo, uma idéia política ou incidente de uma empresa. Mas também historiador do próprio

fato literário em si, com seu valor estético ou seu significado monumental (MOREIRA, 1967, p. 167).

Nesse mesmo trabalho sobre a relação de Varnhagen com a literatura portuguesa, contudo, Thiers Martins Moreira admite que ele sabia diferenciar os objetos da história literária e os objetos da história, uma vez que era preciso também impor uma análise do próprio texto literário. E muitas vezes demonstrou conhecimento para além de editar e fazer a crítica presente quase sempre nas notas explicativas. Nos *Épicos Brasileiros*, por exemplo, é possível ver resquícios de sua formação em retórica quando trata da importância de se conhecer o *Uruguay* de Basílio da Gama e que, segundo Thiers Martins Moreira, nos mostra com a preocupação com a imagem, com o som, sintaxe, arranjo dos fonemas que “não era indiferente ao fato literário, nas suas minúcias, nessas sutilezas com as quais, em verdade, a grande arte tem a sua existência” (MOREIRA, 1967, p. 169).

Na organização de *Épicos Brasileiros* em comparação com outros trabalhos de edição levados a cabo por Varnhagen é constatável uma hierarquização documental expressa, sobretudo, pela alteração na ortografia dos textos. Na obra em questão, não era suficiente dar a conhecer os trabalhos de Basílio da Gama e do Fr. Santa Rita Durão com a biografia de ambos e com notas explicativas ao fim do texto, essa publicação deveria, de acordo com Varnhagen, ser modificada também com relação à ortografia, queria que a sua edição adotasse a ortografia mais usada e mais cômoda para os leitores do século XIX, o que nem sempre procedeu com outros documentos.

A publicação dos *Épicos* por Varnhagen, diferente de outros documentos reunidos ou descobertos por ele, vem a público depois que muitas edições do *Uruguay* e do *Caramuru* já haviam sido impressas no Brasil. Na “Apostila” acrescida por Varnhagen ao final do texto dando as explicações acerca da edição ele próprio faz um levantamento e emite juízo das edições anteriores mostrando que a relevância de sua edição não estava no ineditismo do material, ambos os poetas com maior ou menor grau já eram conhecidos do público brasileiro. As edições anteriores, contudo, além de serem totalmente iguais, interrompiam os versos poéticos com a prosa sobre os assuntos contidos nos poemas ou por meio de notas que tentavam explicar o significado dos poemas, Varnhagen criticava essa postura, não queria interferir nos poemas por isso os mesmos foram publicados integralmente e ao fim o editor acrescenta uma breve biografia dos poetas e notas sobre alguns acontecimentos históricos que estão presentes

nos mesmos poemas. Esse método de exposição pretendia dar espaço para que o público pudesse ler os poemas sem serem influenciado pelos juízos de alguns editores, embora Varnhagen afirmasse o quanto os dois trabalhos de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão tocavam em assuntos delicados sobre a história do Brasil que a poesia não podia encobrir, além de erros de ortografia, acentuação e narração de fatos que precisavam do apoio da liberdade poética, pois na prosa seriam tidos como errados.

Varnhagen deu oportunidade para que o público conhecesse os poemas sem os seus julgamentos no meio do texto ou nas notas de rodapé, deixando os esclarecimentos dos cantos para o fim da obra acrescentando a relevância do conhecimento desses trabalhos para história da civilização da nação. Como afirma Varnhagen em excerto abaixo:

(...) De caso pensado não quizemos em prologos nem em anteprologos, em prefacios e advertencias, em proêmios e prolegomenos, aparecer perante os leitores benevolos e não benevolos, tomando dianteira aos nossos recomendados: preferimos deixal-os ostentar primeiro sós e só cantando, ainda que para nos justificarmos disso foi preciso introduzir apostilla(...) (VARNHAGEN, 1845, p. 448-449).

Outro ponto de destaque na reimpressão dos poemas de Basílio da Gama e Fr. Santa Rita Durão é a opção pela publicação de ambos em um mesmo livro. Para Varnhagen, o objetivo principal que o guiou nessa edição foi o desejo de tornar ambos mais conhecidos e ampliar o acesso dos leitores brasileiros aos poemas. Possibilitando a leitura dos poemas, segundo Varnhagen, “livres de certa prosa mesquinha, que os empoeirava” (VARNHAGEN, 1845, p. 448).

5. A RESTITUIÇÃO DA AUTORIA E A BIOGRAFIA DO AUTOR

As biografias ocupam um lugar importante nesse procedimento de crítica histórica empreendida por Varnhagen que era, em muitos casos, subsequente ao processo de restituição da autoria. Alguns dos documentos editados por Varnhagen tinham autoria desconhecida ou atribuída de maneira equivocada por causa das inúmeras cópias que existiam de um determinado documento ou porque ainda não se conseguira descobrir quem era o autor. Ao discutir a pesquisa histórica de Varnhagen, José Honório Rodrigues divide seus trabalhos em dois tipos: edição crítica e crítica de atribuição, sendo que em alguns casos ambos ocorriam concomitantemente (RODRIGUES, 1978, p. 353-354).

A crítica de atribuição que resultava na descoberta do nome do autor era amparada por uma biografia em que Varnhagen buscava também restituir a autoridade do autor do documento. Nesse tipo de trabalho é possível identificar a relação entre as formas de erudição possíveis para Varnhagen e o contato entre uma história científica amparada pelos procedimentos de crítica necessários à atribuição da autoria e uma história moral que pretendia, por meio da biografia, proferir um ensinamento que justificaria a importância daquele documento.

Em seu primeiro trabalho intitulado *Reflexões Críticas sobre um manuscrito do século XVI impresso com o título de Notícia do Brasil no tomo 3º da Coleção de Notícias Ultramarinas*, que teria garantido a entrada de Varnhagen na Academia Real de Ciências de Lisboa, possui inúmeras referências que demonstram ser a atribuição da autoria um ponto fundamental para definir a originalidade do documento. Conforme Varnhagen:

Quem ler a obra inserta no principio do Tomo 3º desta coleção de Memórias Ultramarinas, com o titulo de *Notícia do Brasil*, ainda quando não possua conhecimentos especiais daquela importante região, talvez notará algumas imperfeições: prosseguindo porém mais de espaço na sua curiosa lição, descobrirá adulterações de gravidade, acaso nascidas dos transuntos por que deverá ter passado **o original**. Tais defeitos juntos á ponderação do quanto tendem a minorar o crédito e valimento de uma obra antiga, **a faltas ou contestações à cerca [sic] do seu genuíno autor, do seu legitimo titulo e da época prefixa em que foi escrita**, tudo induz naturalmente a reconhecer a utilidade de se atender convenientemente por todos estes objetos, na obra de que tratamos, a qual se bem que por ora pouco conhecida entre nós, não deixa por isso de merecer séria atenção (VARNHAGEN, 1839, p. 1-2) (Grifos nossos).

Na introdução das suas *Reflexões Críticas* Varnhagen permite que observemos o caminho erudito de suas investigações, as fontes que, supostamente esclarecidas por ele, teriam sido utilizadas para a determinação da autoria:

Lendo na **segunda edição o 5º dos Diálogos de Varia História**, no Capítulo 2º onde Pero de Mariz fala da Terra de Santa Cruz, notamos que este escritor reproduzia boa parte das idéias exaradas no impresso, **que havíamos lido nas Memórias Ultramarinas**, pelo que diz respeito à exploração e demarcação primitiva da Costa Brasileira, depois de Cabral, e prosseguindo tal leitura até à folh. 340 da edição citada de 1597, quando falava de Duarte Coelho, vimos à margem = Gabriel Soares, Cap. 16. = Não conhecendo nós tal nome de escritor do Brasil, **recorremos à biblioteca Lusitana**, e ao ler a sua informação vimos com prazer descoberta, com prova autentica, o verdadeiro autor de um livro que corria anônimo. (VARNHAGEN, 1839, p. 6-7) (Grifos nossos).

No caso específico da restituição da autoria do escrito de Gabriel Soares de Sousa, foi possível que Varnhagen atribuísse também a autoridade do escrito e do seu escritor. Considerado uma autoridade com relação ao período colonial brasileiro, Gabriel Soares de Sousa chegou a esse status devido a sua capacidade em exprimir enunciados

verdadeiros sobre o passado. As marcas de verdade presentes em um texto é o que faria com que o mesmo fosse elevado à fonte histórica, com relação a Gabriel Soares é a enunciação de um eu vi, do olhar de viajante que garantiria essa autoridade. Princípio teórico-metodológico que rege a produção do relato e que estabelece seus limites, a autópsia, como afirma Temístocles Cezar, é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária) (CEZAR, 2000, p. 38).

Restituída a autoria, restava afirmar a autoridade do autor do escrito, o que pressupunha a elaboração de uma biografia ou uma notícia biográfica sobre o mesmo. Essa biografia ficava condicionada ao conhecimento que quem editava possuía sobre o biografado, constituindo, assim, essa escrita biográfica como espaço de afirmação da erudição do editor.

A escrita biográfica está presente nos estatutos do IHGB desde os discursos de seus fundadores. Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, já exaltava a necessidade de se dar vida aos dignos representantes da nação brasileira, embora não estivesse claro quais nomes deveriam ser lembrados (BARBOSA, 1839, p. 14). A fala do cônego já anunciava as diretrizes para um projeto de escrita biográfica em que o Instituto assumiria, como salientado por Temístocles Cezar, “a responsabilidade de organizar uma galeria ordenada dos homens ilustres, isto é, colocá-los em uma disposição espaço-temporal adequada” (CEZAR, 2004, p. 26).

Os usos que a biografia assumia dentro da operação historiográfica efetuada no Instituto eram variados, mas se destacavam a possibilidade de ampliar o grau de exatidão do conhecimento histórico acerca dos fatos e acontecimentos, era uma forma de dominar os arquivos e de escrever.

Com relação aos documentos e obras literárias editadas por Varnhagen é possível traçar, ao menos, duas funções para a presença das biografias nos trabalhos. A primeira diz respeito a uma orientação crítica e ordenativa do material encontrado nos arquivos e bibliotecas analisado para que se pudesse chegar a indicar a autoria e escrever a biografia. A segunda funciona como um mecanismo de legitimação de nomes que passariam da condição de quase anônimos ao status de personagens e autores históricos.

Como elemento indicativo da erudição necessária para afirmação de um historiador no Brasil oitocentista, a biografia dos autores dos documentos editados por Varnhagen pode ser tomada como mais um exemplo das possibilidades e limites da escrita da história no período em que duas formas de escrita histórica se fundiam e se interpelavam como condições necessárias para a legitimação do trabalho do historiador: uma escrita moral com vistas ao fortalecimento do Estado e da retórica da nacionalidade brasileira e uma escrita científica da história rumo a disciplinarização a partir da adoção de procedimentos metodológicos modernos.

Ao lado da biografia e como último aspecto a ser discutido no processo de edição de documentos históricos e obras de cunho literário está a anotação crítica, espaço de disputa e debates intelectuais, de afirmação de erudição, mas também espaço de explicação histórica que inserem o historiador numa nova forma de erudição advinda do compromisso pedagógico de contribuir para afirmação da nação vulgarizando, ressaltados os seus limites, o acesso aos saberes e conhecimentos sobre a história nacional.

6. A ANOTAÇÃO CRÍTICA

As notas formam uma história secundária, que acompanha a primeira, mas dela se diferencia fortemente. Ao documentar o pensamento e a pesquisa que corroboram a narrativa situada acima delas, provam que ela é um produto historicamente contingente, dependente de formas particulares de pesquisa, oportunidades e estados de perguntas específicas que existiam quando o historiador se pôs a trabalhar. Como o diagrama de um esplêndido edifício, feito por um engenheiro, as notas de rodapé revelam os suportes ocasionalmente toscos, os inevitáveis pontos fracos e as caras ocultas que uma elevação da fachada esconderiam. (GRAFTON, 1998, p. 31).

O excerto acima, retirado do livro de Anthony Grafton *As origens trágicas da erudição*, aponta como um estudo das notas de rodapé em um determinado grupo ou comunidade intelectual a qual pertença o historiador que se quer estudar pode ser revelador no sentido de apontar as disputas, regras e as condições que tornam possível a escrita da história. No mesmo trecho Grafton ainda destaca a natureza duplicada da história moderna com o aparecimento das notas de rodapé, constituindo-se como “espaço textual desdobrado” aos moldes de Certeau, onde a escrita da história se dá em dois momentos diferentes, em dois tempos que se ligam e, ao mesmo tempo, se distanciam fortemente.

Uma observação sobre a função das notas na escrita da história pode, dessa forma, sinalizar as regras do meio, os mecanismos de legitimação e de afirmação do que é ser historiador em uma determinada sociedade, mas também são reveladoras das intenções de quem as escreve a partir da comparação das mesmas de um período a outro.

Nas edições críticas publicadas por Varnhagen é reservado pelo editor um espaço considerável para as notas, sejam as notas de rodapé ou notas no fim do texto. Ainda dentro das notas no fim do texto há vezes em que ele inclui notas de rodapé, ou seja, notas para explicar as notas. Entre essas edições, é possível destacar o imenso número de notas inseridas nas publicações do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa com 270 notas ao fim do texto, o *Diário* de Pero Lopes de Sousa em sua primeira edição contando com 90 páginas de notas e documentos referentes ao período além do prólogo e da Advertência Preliminar.

Algumas funções podem ser inferidas a partir da leitura dessas notas. A primeira, sem dúvida, é a afirmação da erudição histórica de seu editor expressa por meio das inúmeras informações que o mesmo podia acrescentar ao texto, mas ainda restam outras funções que dizem respeito a demonstrar o seu percurso de pesquisa, indicar as suas fontes (documentos ou pessoas) e seus interlocutores (autores que já haviam escrito sobre o assunto anteriormente). Cumprem, assim, as funções que Grafton designou para as notas de rodapé: o convencimento do leitor de que quem as escreveu leu todos os documentos que indica o que, portanto, garante sua autoridade e, por outro lado, indica as principais fontes que foram utilizadas.

Com relação ao texto de Gabriel Soares de Sousa, as notas também se configuram como um espaço em que Varnhagen declara a superioridade de sua edição com relação ao exemplar publicado em 1825 pela Academia de Ciências de Lisboa. Assim, as notas ao fim do texto servirão para mostrar o caminho adotado pelo erudito para compor o seu trabalho de edição apontando as principais falhas das edições anteriores. Esse mesmo procedimento pode também ser visto na publicação dos *Épicos Brasileiros*, onde, também por meio de notas ao fim do texto, Varnhagen dá conta das edições anteriores apontando os defeitos que impediam a glória dos dois poetas brasileiros Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

As notas tinham também uma função didática de facilitar a compreensão do texto que era publicado, isso pode ser visto nas notas explicativas de termos do período

colonial (no escrito de Gabriel Soares), de palavras indígenas, de ortografia e pronúncia da época dos documentos e a sua grafia e pronúncia no século XIX, itens esses que de alguma forma ampliavam o acesso do público leitor as principais fontes da história do Brasil. Por último, mas não menos importante, as notas também eram espaço de citação de autores e indicação das referências. Era difundida a idéia de que um trabalho deveria indicar não só os documentos que utilizava, mas também os trabalhos de estudiosos que houvessem tratado do assunto. Por vezes as notas tornavam-se espaço de diálogo e debate historiográfico por meio da inserção do posicionamento de vários autores sobre um mesmo tema e quem não seguisse essas regras seria julgado de maneira incisiva como ocorrido no *Primeiro Juízo* de Varnhagen acerca da obra de Abreu e Lima em que aquele julga este exatamente por não seguir as regras de citação e referências em voga naquele período, o que resultou na acusação de que Abreu e Lima fosse um plagiário.

Seguir as regras de edição, mas principalmente de crítica que compunha a tarefa de escrita da história era ao lado das relações sociais um dos mecanismos de aceitação de um trabalho por seus pares, que garantiria ao autor ou editor de uma obra o rótulo de comumente aceita pela comunidade letrada da qual fazia parte.

É preciso destacar ainda que esses procedimentos não eram nem definitivos, pois faziam parte de um processo de escrita da história em transformação onde a legitimidade de uma obra e de seu autor poderia mudar de acordo com a dinâmica social e com fatores diversos. A própria mudança na erudição histórica provocada pelo fortalecimento da história nacional que colocou os historiadores na cultura do comentário e da análise sofreria modificações ao longo do século XIX no Brasil, o que pode ser exemplificado pela variedade de formas de edições de documentos e manuscritos operadas pelos intelectuais no Brasil oitocentista. A transformação nesses critérios também diz respeito ao status que um historiador adquire dentro da comunidade letrada a qual pertence e que poderia em parte permitir, por vezes, uma publicação documental um pouco menos sofisticada e com um trabalho menos meticuloso de crítica histórica, é o caso dos letrados cuja autoridade no trato com documentos já havia sido reconhecida pela maioria dos membros da instituição.

Ao promovermos uma comparação das edições publicadas por Varnhagen, a exemplo do texto de Gabriel Soares e do *Diário* de Pero Lopes de Sousa é possível notar uma mudança sensível com relação à erudição histórica no que tange à inserção de um grande número de notas às publicações.

Em 1851, Varnhagen reeditaria o texto de Gabriel Soares de Sousa onde afirmaria não se ocupar em demasia das inúmeras demonstrações de erudição adotadas em suas edições iniciais. Dizia Varnhagen:

Nos presentes comentários **não repetiremos quanto dissemos nas Reflexões críticas, escritas ainda nos bancos das aulas** com o tempo que forrávamos depois de estudar a lição. Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões, evitaremos aqui de consignar citações que pudessem julgar **nascidas do desejo de ostentar erudição; desejo que existiu em nós alguma vez, quando principiantes**, por certo que hoje nos já não apoquentamos. (SOUSA, 1987, p. 354) (Grifos nossos).

Postura análoga pode ser encontrada na publicação da quarta edição do *Diário* de Pero Lopes. Não uma mudança com relação à crítica documental como apontara José Honório Rodrigues, mas uma mudança com relação à erudição histórica no Brasil na segunda metade do século XIX com relação a um historiador que a essa altura já havia obtido respeito de seus pares do IHGB, principalmente no que tange as pesquisas históricas. Em uma carta publicada na Revista do Instituto em 1861 em que Varnhagen dá conta da quarta edição do *Diário* é perceptível essa mudança. Afirma Varnhagen na carta:

Sou de voto que longe de repetirmos hoje o que se fez na 1ª edição (reproduzida servilmente pela 2ª) nos cumpre: - 1º Cingir-nos mais no texto ao codice original da Bibliotheca de S. M. F. em Lisboa: - 2º Eliminar não só muitas notas e confrontações preteridas por estudos posteriores, como as biographias dos dois exploradores irmãos já transcriptas (1) na Revista, &c.; supprindo tudo por documentos e observações de mais importancia. Não repetiremos tampouco a descrição do codice original supramencionadao, que acompanha as primeiras edições, (...). **Quando se tratava da primeira edição, feita por um obscuro estudante tido por leigo em taes materias, essencial era entrar nessas particularidades, para satisfazer aos críticos escrupulosos** (VARNHAGEN, 1861, p. 4-5) (Grifos nossos).

A partir do que é dito por Varnhagen é possível entrever as mudanças operadas na erudição histórica, não a eliminação da crítica e das notas, mas uma mudança que garantida pela aceitação e reconhecimento da autoridade do editor/autor/comentador pelo grupo letrado do qual faz parte é possível trabalhar com novas formas de organização, edição e publicação de documentos. O que se depreende das reedições tanto do texto de Gabriel Soares quanto do *Diário* de Pero Lopes é a expressão de que o importante é o próprio texto em que o mesmo parece impor uma interpretação definitiva, final. Dessa forma, Varnhagen se explica com relação à retirada das notas:

Alguém quereria talvez que aproveitássemos para esta edição muitas notícias que, por ventura deslocadas, se encontram nas Reflexões críticas. **De propósito, porém, não quisemos sobrecarregar mais estes comentários;** além de que as notícias úteis que excluímos serão unicamente algumas bibliográficas de obras inéditas, cuja existência queríamos acusar aos literatos,

e esse serviço já feito. Muitos dos nossos atuais comentários versarão sobre as variantes dos textos e sobre as diferenças principais que houver entre a nossa edição e a da Academia das Ciências de Lisboa (Tomo 3^o das Memórias Ultramarinas). **Não faltará, talvez, quem censure o não havermos dado melhor método ao escrito de Soares acompanhando-o de notas que facilitassem mais a sua leitura.** Repetimos que não ousamos ingerir nossa mesquinha pena em meio dessas páginas venerandas sobre que já pesam quase três séculos. Nem sequer nelas ousamos introduzir o título – Tratado Descritivo do Brasil – que adotamos no rosto para melhor dar a conhecer o conteúdo da obra; pelo contrário, conservamos efetivamente em toda esta o título com que já é conhecida e citada de – Roteiro Geral – que, aliás só compete à primeira parte. **O que sim fizemos a benefício dos leitores foi redigir um índice lacônico e claro, introduzindo nele, por meio de vinte títulos, a divisão filosófica da segunda parte, sem em nada alterar a ordem e numeração dos capítulos. cremos com este índice, que será publicado em seguida destes comentários, ter feito ao livro de Soares um novo serviço.** (SOUSA, 1987, p. 354) (Grifos nossos).

As variações entre as publicações das edições tanto do *Diário* quanto do escrito de Soares permitem inferirmos acerca não só da existência de um tipo particular de erudição na historiografia brasileira oitocentista advindo da necessidade de escrita da história nacional como também processos de supressão de notas, citações e autores que se, por um lado, visavam a publicação de obras de melhor manejo do público, por outro sugerem uma evolução na escrita da história oitocentista. Acompanhar o processo de edição de documentos e também de obras históricas e literárias garante a observação dessa evolução que encobre disputas políticas, ideológicas e intelectuais.

Recebido em: 15/05/2012

Aceito em: 13/07/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. *Ensaio e estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975.

BARBOSA, Januário da Cunha. "Discurso". *Revista do IHGB*. Tomo I, 1839, p. 9-18.
Carta do Sr. F. A. de Varnhagen à redacção acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes, e que lhe servirá de prólogo. *Revista do IHGB*, 1861, p. 5-6.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CÉZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1. p. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 37-58.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 05-27.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, nº 388, jul./set.,1995. p. 469-613.

LESSA, Clado. *Francisco Adolfo de Varnhagen: Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

LESSA, Clado Ribeiro. Vida e Obra de Varnhagen. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 224:3, 1954. p. 109-316.

MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 275:2, 1967. p. 155-170.

Parecer acerca da obra intitulada: Reflexões críticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o titulo de Noticia do Brasil no T. 3º da Collecção Not. Ultr. Por Francisco Adolpho de Varnhagen Membro Correspondente do Instituto. *Revista do IHGB*, 1840, Tomo II, p. 109.

Primeiro Juízo acerca do Compêndio da História do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima." *Revista do IHGB*, Tomo 6, 1844. p. 60-84.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2008.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica)*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa, Editorial Verbo, 1962.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Cancioneirinho de trovas antigas, coligidas de um Grande Cancioneiro da biblioteca do Vaticano, precedido de uma notícia crítica do mesmo Grande Cancioneiro com a lista de todos os trovadores que compreende, pela maior parte, portugueses e galegos*. Vienna, s/ editora, 1870.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil, em 1530, sob a capitania-mor de Martim Affonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa*. Lisboa, Tipografia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Úteis, 1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Épicos Brasileiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Trovas e Cantares de um Códice de XIV Século: ou antes, mui provavelmente, "O Livro das Cantigas" do Conde Barcellos. (Com dois Fac-símiles)* Madrid, s/ editora. 1849.